

08-0054/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO

08 - 0054 / 2011

DE

2011

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RDP

08 - 0054 / 2011

DE

15/03/2011

PROMOVENTE:

VEREADOR

ELISEU GABRIEL

EMENTA:

REQUER COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR
IRREGULARIDADES NOS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO E INSTA-
LAÇÃO DE RADARES E LOMBADAS ELETRÔNICAS, POR EMPRESAS
PARTICULARES, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. * MATÉRIA INCLUÍDA
NO PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE. AGUARDANDO LEITURA E APROVAÇ
ÃO. ARQUIVADA POR TÉRMINO DE LEGISLATURA.

ARQUIVADO EM 06/10/2013

CHEFE DE SEÇÃO
Adriana de França Silva
Consultor Tec. Legisl. - Bibliotecário
Supervisor Arquivo Geral - SGP-33



PUBLIQUE-SE

*** 15 MAR 2011 ***

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDENTE *Eliseu Gabriel*

08 - RDP
08-00054/2011

Folha nº 01 do proc.
Nº 08-054 de 11

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

REQUERIMENTO Nº

Requer, com fundamentos no artigo 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e do Art. 91 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, Resolução 02/1991, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instalada nos termos do inc. I do art. 89, da norma, para apurar irregularidades nos procedimentos de licitação e instalação de radares e lombadas eletrônicas, por empresas particulares, no município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo RESOLVE:

Considerando a denúncia de irregularidades noticiada no programa do Fantástico da Rede Globo de televisão, no dia 13 de março último, onde foram denunciadas fraudes no sistema de licitação para instalação de radares e lombadas eletrônicas por empresas particulares no estado de São Paulo, bem como, da "indústria da multa" que cobra o cancelamento destas antes do encaminhamento ao Detran,

REQUEIRO, nos termos dos diplomas legais supra, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que terá prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por igual período e contará com 09 (nove) membros em sua composição.

Sala das Sessões,

Eliseu Gabriel
ELISEU GABRIEL
Vereador

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

15 MAR 2011

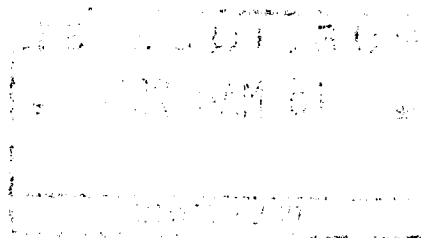
SGP.42

RECEBIDO - SGP-22

15 MAR 2011

PROTOCOLO LEGISLATIVO

CHSP - SGP-22 - 15/03/2011 - 17:19 - 000655 - 1/1



Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
2 a 6 e folha de informação
sob nº 7. 411.2.13
Ass: Ad

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Folha nº 02 do proc.

Nº 08 - 54 de 11

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF 100 406

imprimir

Máfia das multas e lombadas eletrônicas fatura R\$ 2 bi por ano

O repórter Giovani Grizotti mostra o retrato escandaloso de como funciona a indústria das multas no Brasil.



O Fantástico foi até a periferia de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul para documentar uma situação absurda: um edital que está pronto para ser publicado prevê a instalação de uma lombada eletrônica em uma rua de chão batido, onde só passam carroças e bicicletas e onde galinhas dividem espaço com poucos pedestres. O que está por trás desse escândalo? Corrupção.

Fraudes e muitas negociatas. É um retrato escandaloso de como funciona a indústria das multas no Brasil. Uma indústria que fatura R\$ 2 bilhões por ano.

A investigação do Fantástico começa em Porto Alegre. Na capital gaúcha, o representante da empresa Engebrás, Marcio Paim Velho, se prepara para negociar a instalação de lombadas eletrônicas e radares fixos, também conhecidos como pardais.

saiba mais

Blitz flagra veículos irregulares fazendo transporte escolar

Repórter vira taxista e descobre mundo à margem da lei do país

A conversa foi registrada com uma câmera escondida pelo repórter do Fantástico Giovani Grizotti, que se passou por funcionário de uma prefeitura gaúcha e teve a colaboração de um ex-funcionário público do Rio Grande do Sul com experiência em licitações na área de trânsito.

Marcio faz uma avaliação de quanto pode pagar de propina. Ele diz que, em média, 10%. "Se quiser um pouquinho mais, um pouquinho menos, depende".

Uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito criou regras para a instalação de controladores eletrônicos de velocidade no Brasil. Pelas normas, é preciso um estudo técnico que leva em conta itens como quantidade de veículos e pedestres que utilizam a

Folha nº 03 do proc.

Nº 08 - 54 de 11

via, índices de acidentes e a velocidade permitida. Só com esse estudo, feito por Adelina Ciccia - Ass. Parlamentar, empresas especializadas, é que pode ser autorizada a instalação de paradas lombadas. RF 100 406

O representante da Engebrás indica uma empresa para fazer os estudos técnicos: ACT de Porto Alegre.

Chamados pelo repórter e sem saber que estão sendo filmados, os três sócios da ACT foram até uma prefeitura do Rio Grande do Sul. Dois deles são também funcionários do governo gaúcho e um do governo federal.

São eles: João Otávio Marques Neto, funcionário da Eletrosul, uma estatal da área energética; Gisele Vasconcelos da Silva, técnica da diretoria do Detran do Rio Grande do Sul; e Paulo Aguiar, coordenador do setor de lombadas eletrônicas e radares do Daer, o departamento de estradas do estado.

Paulo Aguiar responde a processo sob a acusação de ter favorecido a Engebrás em um contrato que causou um prejuízo de R\$ 13 milhões aos cofres do estado. A Engebrás foi a empresa que indicou os serviços da ACT ao repórter.

Dias depois do encontro na prefeitura, Paulo Aguiar recebeu o repórter supostamente interessado em contratar a ACT. O negócio é privado, mas a conversa foi na sala do Daer, em Esteio, Região Metropolitana de Porto Alegre. Paulo Aguiar propõe uma fraude: a contratação da empresa seria pela modalidade carta-convite, pela qual a prefeitura convida três fornecedores a apresentar um orçamento para depois escolher o de menor valor. Paulo indica duas empresas parceiras que devem ser convidadas a elaborar orçamentos. Elas vão apresentar um preço maior. Assim, a proposta da ACT será mais barata, e vai vencer a licitação

"Sem problema. Tenho mais duas empresas que trabalham comigo", garante.

O contrato é fechado em outro prédio público. Desta vez, o segundo sócio da ACT, João Otávio, recebe o repórter na Eletrosul. Ele tenta aumentar o valor do contrato e oferece uma propina.

"Não dá para subir um pouquinho? Eu até passaria um percentual de comissão de 10%", diz.

Gisele Vasconcelos, terceira sócia da ACT, entrega o orçamento na frente do prédio do Detran gaúcho, onde trabalha, e reforça que os outros dois orçamentos serão enviados pelo correio, com valores maiores, conforme combinado.

Os valores enviados pelos Correios são um pouco maiores que o da ACT, que apresentou um custo de R\$ 20 mil.

No dia marcado para o pagamento, o ex-funcionário público que acompanhou as negociações aparece com um envelope supostamente contendo os R\$ 20 mil da concorrência fraudada. Logo em seguida, chega o repórter do Fantástico.

Repórter: O que tem nesse envelope? Vocês estão fazendo alguma negociação aqui?

XXX: Não, senhor. Estamos almoçando, e esse cidadão veio aqui falar conosco.

Repórter: Quem é esse cidadão?

XXX: O senhor me desculpe, mas eu não posso.

Repórter: O senhor conhece esse cidadão que estava aqui?

XXX: Não. Não conheço. Ele chegou aqui e sentou. Não conheço.

Repórter: Nunca viu ele?

XXX: Não.

Repórter: Vocês não ofereceram propina para esse cidadão?

XXX: Pelo amor de Deus.

Folha nº 04 do proc.
Nº 08-54 de 11

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

A investigação segue no rastro das fraudes praticadas pelas empresas que fabricam radares. Uma delas é a Perkons, de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, que tem contratos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. A Perkons diz que inventou a lombada eletrônica e é líder no segmento no Brasil.

Alexandre Carvalho representa a empresa no Rio Grande do Sul. Logo no começo, ele revela como garantir a Perkons como a fornecedora dos radares para uma prefeitura, antes mesmo de começar a licitação: preparando um edital viciado.

Quem senta para negociar é o gerente da Perkons, Jobel Araújo, que confirma a oferta de propina feita pelo vendedor Alexandre Carvallho.

"O Alexandre me falou 8,5% daquele valor, mais que isso começa a ficar inviável", diz.

A empresa preparou o edital sem realizar um estudo técnico, como manda a lei, para saber se nesses locais é necessário instalar os radares. Preste atenção no edital: Rua Gralha Azul. Este é o endereço que apareceu no começo da reportagem. Na viela de chão batido, a empresa confirma a necessidade de instalar lombada eletrônica. E nas quatro faixas. Que faixas são essas?

"É um absurdo, uma falta total de critério. Ela não é nem pavimentada. Não tem as mínimas condições técnicas para que se justifique a implantação de uma lombada eletrônica", avalia o engenheiro de trânsito Mauri Pânitz.

Outras revelações comprovam a falta de critérios para instalar radares no país. Em Curitiba, há empresas que oferecem negócios mais lucrativos para as prefeituras corruptas. O encontro com o Alexandre Matschinke, vendedor da Dataprom, revela uma cena de corrupção explícita.

"Se tu me 'der' abertura para eu ir lá e montar o teu projeto inteiro, 'você' vai me falar: 'Eu quero 15%, eu quero 10%'. Eu coloco isso no valor", diz Alexandre Matschinke.

Ele admite que o custo da propina sai do bolso do contribuinte. Esqueça os percentuais comuns nesse tipo de negociação. Aqui, é tudo no meio a meio.

Outra empresa: a CSP, de Florianópolis, mesma prática. O vendedor Tiago Rodrigues diz que pode negociar de 12% a 15% de propina. "Como o montante é maior, eu posso negociar com que o diretor dê uns 15% tranquilamente", afirma.

Negociada a propina pelo vendedor Tiago Rodrigues, é marcada a entrega do edital.

Até aqui ele imagina estar negociando com um assessor da prefeitura. Mas, quando o repórter se identifica, ele passa a negar tudo o que havia admitido segundos antes.

"Na verdade, não é direcionado. Eu não tenho nada para falar", despista, afirmando que não ofereceu propina.

Ainda em Curitiba, o esquema se repete com a Consilux, que tem radares na capital paranaense e em São Paulo. Quem negocia é o diretor comercial, Heterley Richter Júnior. Ele promete o edital já pronto. A propina oferecida pela Consilux: 5%. O diretor da

Consilux enviou a cópia do edital pela internet.

Folha nº 05 do proc.
Nº 08-54 de 11

E será que todos os motoristas são iguais perante os radares? A resposta não é possível anular multas de apadrinhados políticos, amigos, parentes.

Adelina Gicône - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Perguntado se existe alguma maneira de livrar um cara desses da multa, o diretor comercial da Consilux assegura: "Tem. Você têm". E confessa: a Consilux já anulou multas em Curitiba. Segundo ele, ninguém descobriu.

A equipe de reportagem segue para São Paulo, outro mercado explorado pela indústria da multa. São Paulo é o estado brasileiro com o maior número de radares: 4 mil, quase 11 milhões de multas em 2010, uma a cada três segundos. Um representante de outro fabricante de radares, a Consladel, confirma a fraude que permite tirar multas antes que elas sejam enviadas ao Detran.

A partir daí, Cleberton Tintor segue o roteiro desse tipo de negociata: propinas, editais direcionados, fraudes.

"Eu tenho o edital pronto. Eu te passo os pontos e você 'encaixa' o valor que eu te dei. Aí, eu acerto até o valor da comissão. Então, comissão de 3% a 5%, tira multa e direciona o edital", explica.

Outra empresa paulista, a Splice, também faz parte do esquema ilegal. E as cenas flagrantes de corrupção se repetem. Sobra dinheiro até para a campanha eleitoral de prefeitos corruptos.

Para o vendedor da empresa, José Leandro Vitt, a fraude dos editais é comum no mercado. E acusa a concorrente gaúcha Eliseu Kopp de participar do esquema.

O Fantástico teve acesso a editais publicados por quatro prefeituras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em que a Kopp venceu a licitação. Nos de Lagoa Vermelha, Erechim e Rio do Sul, trechos inteiros são exatamente iguais.

Sem saber que está sendo gravado o funcionário da Eliseu Kopp, Jean Carlos Ferreira, admite a montagem de editais para direcionar a licitar em favor da empresa.

"Esse aqui é o meu produto. Se você gostar, eu vou te dizer quais são as especificações dele. Eu vou te dar uma ajuda. E tu 'vai' montar. É assim que as prefeituras fazem. É legal", afirma.

Não. Isso é crime contra as licitações. E contra o bolso do contribuinte.

"O que nós constatamos nesses editais são situações de possível direcionamento dessas licitações em função, por exemplo, da especificação dos equipamentos que estão sendo demandados. Um edital direcionado seria uma falha gravíssima", diz Cezar Miola, vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Há dois anos em Carazinho, no interior gaúcho, o promotor da cidade conseguiu suspender as lombadas e radares da Eliseu Kopp. Mas a razão foi outra. Ele descobriu que 85% da arrecadação com multas seriam repassados à empresa. Quanto mais multas, mais dinheiro para a Kopp. Em outra cidade do interior gaúcho, Vacaria, a cláusula do contrato que previa os repasses à empresa foi suspensa. Em um ano, a prefeitura economizou R\$ 1 milhão.

O repasse de percentuais de multas às empresas como a Eliseu Kopp pode livrar milhares de motoristas das penalidades. Isso porque as multas podem ser abatidas. Foi o que decidiu a Justiça do Ceará depois de denúncia feita pelo procurador da República Oscar Costa Filho.

“Uma resolução do Contran de outubro de 2002 diz que todas aquelas multas que tenham com base em contratos que estipulassem a chamada cláusula de produtividade ou cláusula de remuneração – o que significa quanto mais multas se aplica mais se arrecada – devem ser imediatamente retiradas do sistema”, explica.

E o que acontece quando o radar não está onde deveria? Em 2009, um estudo apontou os 50 trechos de rodovias brasileiras onde mais acontecem acidentes com mortes.

“As pessoas que estão sendo mortas todos os dias no trânsito acabam sendo totalmente desvalorizadas por estudos que estão sendo mal feitos e radares mal colocados”, comenta o programador Israel dos Santos Rodrigues.

Segundo o levantamento, lidera o ranking de mortes um trecho na Rodovia BR-282, no oeste de Santa Catarina. Na semana passada, 27 pessoas morreram em um acidente envolvendo um ônibus e uma carreta.

“Nós temos que fiscalizar, usar os equipamentos disponíveis, a tecnologia que está aí para salvar vidas, desde que tenham critérios para isso. E, claro, um dos critérios é que não tenha falcatura, tráfico de influências, interesses. Os radares devem estar nos locais onde realmente vão salvar vidas. E falcatura com vidas é inadmissível”, ressalta Diza Gonzaga, da Fundação Thiago Gonzaga Vida Urgente.

O Fantástico pediu explicações para as empresas citadas na reportagem.

“A empresa não participa de acordos de mercado. A empresa não faz direcionamento de editais. Pelo que eu vi da declaração, foi dentro de uma conversa informal onde o funcionário estava dizendo ao pretenso representante da prefeitura que ele estava oferecendo uma especificação do produto. Até porque essa não é, não foi e nunca será a orientação da empresa”, afirma Nelson Momo, diretor da Kopp.

A Consilux também se manifestou.

“A nossa política é muito clara: não admitimos nada parecido com isso. Todos os nossos contratos são muito transparentes. Não existe a menor possibilidade de ter qualquer tipo de negociata”, diz o diretor-presidente da Consilux, Aldo Vendramin.

Em nota, a empresa Splice, de Votorantim, no interior de São Paulo, disse que repudia esquemas ilegais e que afastou o funcionário mostrado na reportagem.

Na capital paulista, a Consladel divulgou nota negando as irregularidades denunciadas e que o vendedor da imprensa imaginava estar negociando com um representante comercial, por isso, a oferta de comissão.

A Perkons, de Curitiba, disse que vai se manifestar depois de a reportagem ir ao ar. O advogado da Dataprom, também de Curitiba, disse que a empresa desconhece as práticas reveladas pelo Fantástico.

Procuradas, as prefeituras de Erechim e Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, e Rio do Sul, em Santa Catarina, negaram que os editais tenham sido direcionados para favorecer a empresa Eliseu Kopp.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 07

do processo nº 08-54 de 20 11, 4 de 2 de 2013 (a) 20

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

À

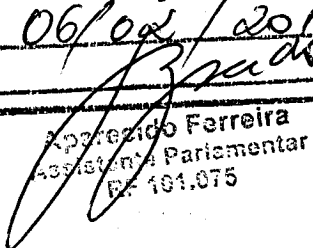
SGP.33

Para arquivamento, nos termos do artigo 275 do Regimento Interno.

04/02/2013


Solange Rainone dos Santos
Supervisora de SGP.22

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Processo encerrado com	<u>07</u> folhas.
Arquivado em	<u>06/02/2013</u>


Aparecido Ferreira
Assistente Parlamentar
RP 101.075